



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2026**

**MAIDA INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.239.608/0001-36, com endereço na Avenida Universitária, nº 750, sala 1910/1918, Fátima, Teresina/PI, CEP: 64.049-494, adiante denominada “Impugnante”, por sua procuradora, Sra. Tamires Terra dos Santos, brasileira, casada, coordenadora de licitações, inscrita no CPF sob o nº 028.335.130-62, vem, com fulcro no item 26 do Edital, tempestivamente à presença de V. Sa., apresentar **IMPUGNAÇÃO** aos termos do Edital supracitado, o que faz consoante razões de fato e de direito adiantes expostas.

#### **I. DO CABIMENTO**

Cuida-se de busca de tutela direito pela via administrativa através da apresentação de pedido de impugnação, sendo cabido o recurso ora interposto, por preencher os pressupostos previstos no ordenamento jurídico, em conformidade com o artigo 164 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

É legítimo o interesse em impugnar, uma vez que a legitimidade é atribuída a qualquer pessoa desde que obedecido o protocolo do pedido em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. Como a data prevista para abertura é 27/04/2026, é tempestiva, portanto, a presente impugnação.

#### **II. DOS FATOS**

Como é sabido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG, está promovendo o pregão eletrônico em epígrafe, tendo por objeto a *“contratação de empresa especializada para implantação e operação de Ponto de Atendimento de Telemedicina para atendimento remoto na especialidade de clínica geral, destinado ao suporte assistencial ao Pronto Atendimento do Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado, pelo período de 12(doze) meses.”*.

Nesse sentido, interessada em afluir ao certame, a Impugnante adquiriu o edital de licitação no intuito de, embasando-se nesse documento, apresentar proposta válida. Entretanto, quando da análise das prescrições inseridas no edital, a Impugnante encontrou algumas inconsistências que impossibilitam a correta formulação de sua proposta.

Cumprе manifestar a impugnante, preliminarmente, seu respeito pelo trabalho do Ilustre Pregoeiro da equipe de apoio, e de todo o corpo do Setor de Licitações. As divergências, objeto da presente Impugnação, referem-se unicamente à



aplicação da Constituição Federal, bem como da Lei Federal no 14.133/21 em relação ao procedimento licitatório em exame. Não afetam, sob nenhuma hipótese, o respeito do ora impugnante pela instituição e pelos profissionais que a integram.

Assim, nota-se que o Edital possui em seu bojo exigências que conflitam diretamente com os ditames legais. Por isso, serve a presente manifestação, portanto, para pugnar pelo devido afastamento das disposições em desconformidade com o ordenamento jurídico pátrio, de acordo com os argumentos adiante esposados.

### **III. DOS FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO**

#### **III.1. DA DISPONIBILIZAÇÃO INADEQUADA DO EDITAL E SEUS ANEXOS (TR E ETP).**

Os anexos do edital em epígrafe, em especial o Termo de Referência (TR) e o Estudo Técnico Preliminar (ETP), foram disponibilizados para download em formato PDF digitalizado, de baixa qualidade, apresentando vícios que comprometem o adequado acesso e a compreensão das condições do certame, em afronta direta aos princípios da publicidade, da transparência, da eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório.

Verifica-se que os documentos foram disponibilizados em formato de imagem, sem recurso de pesquisa textual, o que inviabiliza a busca por palavras-chave, a extração de informações e a leitura técnica e jurídica eficiente. Tal forma de divulgação torna excessivamente onerosa a análise do conteúdo pelos licitantes, dificultando a interpretação das cláusulas e dos anexos que fundamentam a elaboração das propostas.

Embora os documentos estejam formalmente completos, a forma como foram disponibilizados compromete sua efetiva acessibilidade, em desacordo com as exigências da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de adotar meios que assegurem transparência, clareza e amplo acesso aos atos licitatórios.

A irregularidade também afronta os princípios constitucionais da publicidade e da transparência (art. 37, caput, da Constituição Federal), bem como as diretrizes da Lei nº 12.527/2011, que determinam que as informações públicas sejam disponibilizadas em formato acessível, legível e passível de tratamento pelos usuários.

Ademais, a forma de divulgação adotada cria obstáculo indevido à isonomia entre os licitantes, ao dificultar o acesso equitativo às informações necessárias à elaboração das propostas, podendo impactar a competitividade do certame.

Dessa forma, embora não haja ausência de conteúdo, a forma inadequada de disponibilização dos documentos compromete a plena compreensão do edital, configurando vício relevante que deve ser sanado.

Diante disso, requer-se a adequação da forma de disponibilização dos anexos do edital, com sua republicação em formato pesquisável e tecnicamente acessível, assegurando o pleno acesso às informações, bem como a reabertura dos prazos, nos termos do art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **III.2. DA AUSÊNCIA DE CLAREZA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO LICITADO: EXPRESSÕES GENÉRICAS, CONTRADIÇÕES E INDEFINIÇÕES QUE COMPROMETEM A FORMULAÇÃO DA PROPOSTA E A COMPETITIVIDADE DO CERTAME**



Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, constitui requisito essencial do Termo de Referência a definição clara e precisa do objeto da contratação, incluindo sua natureza, quantitativos e condições de execução, conforme se extrai:

*“XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:*

*a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;” (Grifos nossos)*

Não obstante tal exigência legal, verifica-se que o Edital, o Contrato e o Termo de Referência apresentam **expressões genéricas, abertas e, em alguns pontos, contraditórias**, o que compromete a adequada compreensão do escopo contratual.

Mais do que mera imprecisão redacional, constata-se a **ausência de delimitação material do objeto**, especialmente diante da complexidade da solução exigida, que envolve múltiplos módulos, funcionalidades e integrações, sem a devida definição dos limites operacionais, quantitativos e responsabilidades.

Tal cenário impede que os licitantes dimensionem corretamente custos, riscos e obrigações, comprometendo a formulação de propostas e a própria seleção da proposta mais vantajosa, em afronta aos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente a legalidade, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo, a segurança jurídica, a isonomia e a competitividade.

A doutrina é pacífica ao afirmar que o objeto licitado deve ser descrito de forma precisa e suficiente, de modo a permitir a adequada compreensão pelos licitantes, conforme leciona Marçal Justen Filho:

*“(...) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo sumário e preciso, de forma a permitir que o particular identifique seu interesse em participar do certame e formule proposta compatível com as exigências da Administração.”*

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União dispõe que a definição precisa do objeto constitui requisito indispensável à competição, sendo dever da Administração assegurar clareza suficiente para evitar dúvidas quanto às especificações exigidas, *in verbis*:

*“A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição.” (Súmula nº 177/TCU)*

*“O gestor deve se certificar de que a descrição do objeto é suficientemente clara a ponto de não suscitar dúvidas quanto às especificações exigidas.” (Acórdão 1615/2008 – Plenário)*

No caso concreto, a ausência de clareza quanto ao escopo impede que os licitantes **dimensionem corretamente custos, riscos e responsabilidades**, comprometendo a formulação de propostas e a própria seleção da proposta mais vantajosa.



Diante disso, tornam-se imprescindíveis os seguintes esclarecimentos:

a) **Atraso de pagamento:**

Verifica-se que o edital e seus anexos não apresentam previsão expressa acerca da incidência de encargos moratórios em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, em desacordo com o art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Diante disso, solicita-se esclarecer:

- se haverá incidência de juros, correção monetária e/ou multa em caso de atraso no pagamento;
- em caso positivo, quais índices serão aplicados e a partir de qual data se dará sua incidência.

O esclarecimento é necessário para garantir segurança jurídica, previsibilidade financeira e adequada formação das propostas.

b) **SLA e Critérios Objetivos de atendimento:**

Constata-se que o edital não define os níveis de serviço (SLA), tampouco prazos mínimos de atendimento e solução, critérios de severidade ou métricas de aferição dos serviços de suporte e manutenção. Diante disso, solicita-se esclarecer:

- quais serão os prazos mínimos de atendimento e solução aplicáveis;
- se haverá classificação de severidade dos chamados e respectivos tempos de resposta;
- qual será a janela de atendimento (ex.: horário comercial ou 24x7);
- se, na ausência de definição, poderão ser adotados os padrões comerciais da contratada.

A definição prévia desses parâmetros é essencial para assegurar isonomia

c) **Atendimento à legislação aplicável:**

Considerando a previsão de adequação do sistema a mudanças legislativas, solicita-se esclarecer se tal obrigação se limita às normas federais, estaduais e municipais de caráter geral e já vigentes, ou se abrange atos normativos futuros ou internos da Administração.

O esclarecimento visa delimitar o escopo contratual e evitar a imposição de obrigações indeterminadas ou custos não previstos.

d) **Atuação do preposto:**



Embora a exigência de designação de preposto seja compatível com a execução contratual, não há clareza quanto à forma de sua atuação. Diante disso, solicita-se esclarecer:

- se o preposto deverá atuar presencialmente ou poderá atuar de forma remota;
- se a presença física será contínua ou eventual;
- e, em caso de exigência presencial, como serão considerados os custos envolvidos.

e) **Critério de reajuste contratual:**

Verifica-se divergência entre o Termo de Referência e a minuta contratual quanto aos índices de reajuste aplicáveis, bem como ausência de definição clara da data-base para sua incidência.

Nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021, o **reajustamento de preços deve estar expressamente vinculado à data do orçamento estimado**, sendo obrigatória a definição clara do marco inicial e da forma de aplicação, observando-se, ainda, o interregno mínimo de 12 (doze) meses tanto para a apuração da variação do índice quanto para sua efetiva incidência.

Nesse sentido, a ausência de previsão objetiva e uniforme compromete a segurança jurídica e a previsibilidade contratual, podendo gerar interpretações divergentes quanto ao momento de cálculo e aplicação do reajuste. Diante disso, solicita-se esclarecer:

- qual índice será efetivamente adotado para o reajuste contratual;
- qual a data do orçamento estimado que servirá como marco inicial;
- se a Administração observará expressamente que o reajuste será aplicado após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da referida data-base, tanto para fins de cálculo quanto de aplicação;
- e, subsidiariamente, caso se mantenha a previsão de múltiplos índices, qual a justificativa técnica para a adoção de índices gerais, em detrimento de índices setoriais mais aderentes à natureza específica do objeto contratado.

Diante de todo o exposto, resta evidente que a utilização de termos genéricos e imprecisos compromete a formulação de propostas adequadas e viola os princípios que regem as licitações públicas.

Assim, **requer-se a retificação do Edital e seus anexos**, com a adequada delimitação do objeto e esclarecimento dos pontos acima, sob pena de comprometimento da competitividade, do julgamento objetivo e da segurança jurídica do certame.

Por cautela, ressalta-se que, na ausência de tais esclarecimentos, **não poderá a futura contratada ser penalizada por obrigações decorrentes de disposições genéricas ou ambíguas**, sob pena de afronta ao princípio da legalidade.

### III.3. DA NECESSIDADE DE DELIMITAÇÃO DAS ADEQUAÇÕES LEGAIS EXIGÍVEIS E DA IMPOSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO DE OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE ATOS UNILATERAIS DO MUNICÍPIO



O edital e seus anexos preveem, de forma genérica, que a manutenção contratual compreenderá atualizações e alterações decorrentes de exigências legais e/ou normativas de gestão pública, sem, contudo, delimitar de forma objetiva o alcance da denominada “manutenção legal”, tampouco a origem normativa das alterações que poderão ensejar modificações no sistema contratado.

Tal ausência de delimitação abre margem para interpretações amplas, permitindo que o Município venha a exigir adaptações decorrentes de normas próprias, inclusive atos infralegais ou determinações administrativas internas, o que, na prática, pode configurar imposição unilateral de obrigações não previstas originalmente no escopo da contratação.

Nos termos dos arts. 104, 126 e 130 da Lei nº 14.133/2021, eventuais alterações contratuais devem respeitar os limites do objeto contratado e assegurar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, sendo vedada a ampliação indevida das obrigações do contratado por meio de modificações unilaterais que extrapolem as condições originalmente pactuadas.

Nesse contexto, a previsão genérica de atendimento a “exigências normativas de gestão pública” pode resultar, na prática, em verdadeira “legislação em causa própria”, ao permitir que o próprio ente contratante crie obrigações adicionais por meio de atos normativos locais, transferindo à contratada encargos não considerados na formação da proposta.

Tal cenário viola os princípios da segurança jurídica, da vinculação ao instrumento convocatório e do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo comprometer a própria exequibilidade da contratação.

Diante disso, requer-se o esclarecimento formal de que a expressão “manutenção legal” se limita às adequações decorrentes de normas federais e estaduais de caráter geral, de observância obrigatória, não abrangendo atos normativos municipais, regulamentos internos ou determinações administrativas específicas do ente contratante.

Subsidiariamente, caso não seja esse o entendimento, requer-se que qualquer adaptação decorrente de normas locais seja expressamente tratada como demanda adicional, sujeita à prévia análise técnica, formalização específica e correspondente recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Tal delimitação é indispensável para assegurar previsibilidade, isonomia entre os licitantes e adequada formação das propostas, em conformidade com o regime jurídico estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

#### **IV. DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, requer a Impugnante o recebimento e acolhimento da presente impugnação, para que sejam promovidas as devidas correções no edital e em seus anexos, com o afastamento dos vícios apontados, a fim de adequá-los ao ordenamento jurídico vigente e assegurar a adequada formulação das propostas, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, transparência e segurança jurídica.

Requer, ainda, de forma específica:



- a) a correção das inconsistências e omissões identificadas no instrumento convocatório, especialmente quanto aos critérios de reajuste, ausência de definição de SLA, previsão genérica de adequações legais e demais pontos indicados nesta impugnação;
- b) a disponibilização adequada dos documentos do edital em formato acessível e pesquisável;
- c) a prestação dos esclarecimentos formais solicitados, de modo a afastar interpretações ambíguas ou conflitantes que possam impactar a execução contratual.

Requer, por conseguinte, que, após a realização dos ajustes necessários, o edital seja devidamente republicado, com a reabertura integral dos prazos para apresentação de propostas, impugnações e pedidos de esclarecimento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, caso não sejam sanados os vícios ora apontados, requer seja a presente impugnação submetida à autoridade competente para análise e eventual anulação do certame, nos termos da legislação aplicável, em razão das irregularidades identificadas.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Recife, 22 de abril de 2026.

---

**MAIDA INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA**

**CNPJ sob o nº 01.239.608/0001-36**

*Tamires Terra dos Santos*

CPF sob o nº 028.335.130-62

*Coordenadora de licitações*

*licitacao@maida.health*